

A TERRITORIALIDADE DO VOTO NO DISTRITO ELEITORAL RIO GRANDE DO SUL

Beatriz Barbosa¹

Sandro da Silva²

Carolina Oliveira Dias³

Edson Romário Monteiro Paniágua⁴

Resumo:

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo compreender a territorialidade do voto e a competitividade eleitoral no Distrito Eleitoral do Rio Grande do Sul nas eleições para deputados federais nos anos de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Os dados eleitorais dessas eleições para deputado federal estão disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul TER/RS, constantes por municípios e na Ata Geral das Eleições em pauta. Do ponto de vista metodológico será composta uma matriz de dados que permitia uma análise quantitativa e comparativa de longa duração e uma análise qualitativa com a identificação de casos específicos que expressem o voto para além do território, o local, mas as territorialidades do voto, a emergência de "distritos informais" dentro do grande distrito eleitoral. A partir da construção da matriz de dados e as análises esperamos confirmar a existência de territórios e territorialidades eleitorais no Distrito Eleitoral do Rio Grande do Sul em constantes movimentos fluxos e refluxos para as últimas cinco eleições para Deputados Federais. A análise quantitativa possa ter um viés qualitativo, possibilitando outras perguntas e outras possibilidades de pesquisa.

Palavras-chave: distrito eleitoral; território; territorialidade; eleições; voto; competitividade eleitoral.

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

A TERRITORIALIDADE DO VOTO NO DISTRITO ELEITORAL RIO GRANDE DO SUL

¹ Aluno de graduação. beatriz.pbarbosa27@gmail.com. Autor principal

² mestrando. sandro.cscp@gmail.com. Co-autor

³ Aluno de Graduação. carolinaoliveira16@gmail.com. Co-autor

⁴ Docente. edsonpaniagua@gmail.com. Orientador

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TERRITORIALIDADE DO VOTO NO DISTRITO ELEITORAL RIO GRANDE DO SUL

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende fazer considerações sobre o projeto de pesquisa “A territorialidade do voto no distrito eleitoral do Rio Grande do Sul. A Eleição para Deputado Federal para os anos de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014”. O projeto tem por objetivo geral, compreender a territorialidade do voto e a competitividade eleitoral no distrito eleitoral do Rio Grande do Sul nas eleições para deputados federais, ademais, elaborar uma matriz de dados das eleições para deputados federais; identificar a distribuição do voto no território no distrito eleitoral, analisando comparativamente os processos na longa duração; e identificar casos relevantes para a compreensão da construção da territorialidade do voto e a formação de territórios políticos. O Brasil conforme a Constituição Federal de 1988 se caracteriza por ser uma república federativa, que tem os poderes divididos em: executivo, legislativo e judiciário e sistema de governo é o presidencialismo. Esse conjunto de elementos, a organização política administrativa, a forma de governo e a divisão de poderes, entre diferentes instituições, formam o sistema político brasileiro. Conforme Dias (2008) o sistema eleitoral e o sistema partidário são considerados como subsistemas do sistema político. O sistema partidário brasileiro é designado conceitualmente como pluralismo, em virtude de apresentar, nos seus ao menos cinco partidos relevantes, “embora não necessariamente todos se encontrem em posições equivalentes em termos de articulação e como alternativa de governo, se encontram em condições coligar-se e criar problemas para os blocos dominantes” (DIAS, 2008, p. 194). Para Kinzo, (2004) a existência da competição por cargos públicos identifica um determinado sistema político como democrático, porém os partidos políticos e os processos eleitorais são muitas vezes contraditórios e conflituosos. Logo, a problemática da democracia diz respeito ao seu aspecto procedimental, ou seja, o estabelecimento de uma institucionalização dentro do sistema político que organize a metodologia e possibilite a competição e a participação popular para a escolha dos líderes políticos. Isto implica dizer que o Brasil tem um sistema eleitoral, que utiliza dois sistemas. O sistema majoritário que serve para eleger os cargos públicos referentes ao poder executivo (senadores) e o sistema proporcional, para os cargos do poder legislativo (deputados federais, estaduais e vereadores). A pesquisa direciona seu objeto de estudo para as eleições para deputado federal, o sistema proporcional.

A literatura especializada no tema tem abordado algumas questões que merecem um maior esforço investigativo, neste contexto: como os eleitores estariam definindo seu voto? Considerando que ocorrem eleições para outros cargos de forma simultânea e também a existência de leque grande de opções para depositar o voto. Outro fator a ser explorado são as estratégias eleitorais utilizadas pelos partidos visando angariar votos e aumentar sua competitividade eleitoral. Quais são os impactos disto no território? Do aspecto geográfico é possível que estejam sendo construídos territorialidades ou distritos informais aonde determinados grupos políticos exercem controle e obtém vantagens competitivas em relação aos seus adversários. De acordo com, (SHUGART; VALDINI E SUOMINEN (2005) apud DAMIN; MARTINS E PANIÁGUA, 2014) o aspecto geográfico é um dos elementos que direciona a escolha de um eleitor por determinado candidato, em outras palavras, os candidatos procuram estabelecer um vínculo local ao direcionar suas ações (exercendo um cargo público) ou enquanto estratégia eleitoral de vincular sua atuação a uma região específica para que assim consiga concentrar seus votos em território específico. No entanto, analisar os dados eleitorais e sua distribuição no território podem nos demonstrar, por exemplo, que existem candidaturas competitivas em determinados territórios construídos dentro do distrito formal e para, além disto, permitirá identificar casos relevantes para

realização de estudos de caso em que de maneira qualitativa será possível compreender como se dá o processo de construção das territorialidades e se isto se estabelece como um padrão do sistema eleitoral e partidário brasileiro sendo passível de comparações com estudos já realizados.

Situamos a presente proposta de pesquisa na subárea denominada geografia eleitoral, que abarca em seus estudos a questão das diferentes escalas nas eleições, enfatizando exatamente a diferença entre os pleitos e suas mudanças. Isto nos permite, por exemplo, compreendermos a identificação partidária, padrões de comportamento eleitoral, o voto em âmbito local e suas tendências por meio da quantificação e do mapeamento da distribuição do voto no território e nas diferentes escalas. Trata-se de um instrumento de análise que permite a compreensão destas dinâmicas através das estruturas territoriais. De momento faz-se necessário ao referirmo-nos a geografia, tratar conceitualmente de território e territorialidade, que são elementos constituídos como centrais para desenvolvimento desta pesquisa. Nessa perspectiva, os municípios, os estados e os países são extensões de terra delimitadas e de maneira simplista conceituam o que é território, divisões administrativas e políticas. Para, além disto, território também significa ser o espaço de manifestação de poder e onde todas as relações se manifestam em sua totalidade (econômica, cultural e política), conforme (RAFFESRTAN, 1993 apud FURTADO; JOVINO, 2017, p. 2740). Sendo o território a organização do espaço podemos percebê-lo como uma construção que:

se processa em todas as escalas, desde “microterritórios” como uma casa, uma rua até a constituição da superestrutura do Estado que fiscaliza, delimita, regula e constitui-se como um macroterritório. Em todas estas ações existe uma parcela de energia empregada e uma dose de poder que delimita, regula, proporciona a apropriação do espaço transformando-o em território (REIS, 2012, p. 6).

Uma eleição faz parte da organização do espaço, é, portanto, algo regulado e ocorre de forma limitada por territórios estabelecidos (distritos) e que distribui poder para ser exercido em um território. As eleições de acordo com (KINZO, 2004, p. 24) são “um meio pelo qual ganha expressão a correlação de forças dos diferentes grupos políticos, na medida em que a competição entre eles, organizados em partidos políticos, esteja garantida”, também é função de uma eleição garantir a alternância de poder e expressar a diversidade política e social do eleitorado. Outro conceito advindo da geografia que faz parte deste contexto é o de territorialidade, possuindo ligação estreita com o território e sua organização, assume um caráter comportamental que visa exercer influência para obter controle de um determinado território. “A territorialidade se dá através da ação/controla de determinado grupo em certo contexto social, espaço e tempo” (FURTADO; JOVINO, 2017, p. 2746). Uma eleição do ponto de vista da territorialidade seria a forma pela qual os partidos agem no território buscando influenciar a preferência do eleitorado, para que assim conquistem o poder e o seu exercício legítimo no território, além de ter em vista a manutenção do poder conquistado.

2 METODOLOGIA

Utilizar-se-á como material para construção da matriz de análise, os dados eleitorais das eleições para deputado federal dos anos de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014, que estão disponíveis no site eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul TER/RS, constantes por municípios e na Ata Geral das Eleições em pauta. Na elaboração dessa matriz ou matrizes de dados poderão ser acrescentadas outras informações que não constem nesses órgãos que possam agregar e ampliar as análises. A matriz se constituirá através da inclusão dos dados de cada pleito e por município do distrito em um banco de dados na plataforma Excel, posteriormente receberá o tratamento estatístico por meio do

software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). De posse da matriz de dados, com as respectivas informações, a abordagem metodológica e o tratamento estatístico, aliados a uma análise comparativa tendo em foco os objetivos propostos, proporcionarão ir além de uma abordagem quantitativa, produzindo uma visão analítica qualitativa dos processos, em que os padrões, diferenças das eleições se revelaram. Por outro lado, permitira-nos perceber a territorialidade e a competitividade eleitoral no distrito eleitoral do Rio Grande do Sul e para, além disto, identificar casos relevantes para serem estudados isoladamente.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

De forma geral, o processo de coleta e análise de dados não se dá de uma forma muito complexa, porém requereu mais tempo do que se esperava, pois, se encontraram algumas complicações, o principal fator complicador ocorreu na exportação dos dados compactados do acervo eletrônico do TSE, no momento em que se trataria os dados no “*software*”, estes eram alterados, o que levou a coleta de dados ser realizada manualmente (copiando do site e colando no Excel). Realizada a busca, coleta e uma análise inicial dos dados, constamos um caso de relevância para o estudo da territorialidade do voto, que será abordado a seguir. O caso trata-se do ex-prefeito da cidade de São Borja, Luiz Carlos Heinze, atualmente exercendo sua quinta legislatura e concorrendo ao Senado Federal pelo distrito eleitoral do Rio Grande do Sul na eleição do presente ano. No presente estudo, adotamos uma distribuição da votação no território do estado, em distritos informais, para tanto, utilizamos a mesma divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), em outras palavras, 28 distritos informais. Na tabela abaixo apresentaremos os dados, para melhor exemplificar as considerações, foi feito um recorte no objeto de estudo, logo demonstraremos como os votos do caso analisado se distribuem em apenas 4 dos 28 distritos informais (Fronteira Oeste; Missões; Campanha e Vale do Jaguari) e em São Borja nas eleições em questão.

Tabela 1 – Votação do Deputado Federal Luiz Carlos Heinze em diferentes eleições e regiões

ANO/VOTAÇÃO	SÃO BORJA	FO	MIS	CAMP	VJ	TOTAL/ANO
1998	20.706	37.166 (58%)	5.196	69	9.873	63.606
2002	15.485	46.972	8.035	3.547	26.078	132.395
2006	19.269	63.350	16.962	5.269	34.767	205.734
2010	13.546	42.314	18.120	4.565	33.137	180.403
2014	7.781	28.814	16.618	4.123	25.268	162.462

Fonte: elaborado pelos autores, por meio dos dados coletados no site do STE, que podem se acessados no hiperlink: <<http://www.tse.jus.br/>>).

Alguns estudos já realizados apontam que existe uma tendência de melhor desempenho de candidatos que são vinculados a uma localidade ou região e de candidatos que buscam reeleição, de acordo com, Damin; Martins e Paniágua (2014). Dito isto, o caso analisado, confirma a tendência, visto que em todas as eleições ao menos no distrito informal da Fronteira Oeste, sua votação supera 5% do total de votos e em 1998 a votação regional representou 58% do total obtido pelo deputado, nas outras regiões ainda não verificamos esta questão, mas é possível notar que nas regiões dispostas na tabela em, 2002 e 2006 a votação amplia, em 2010, na prática existe a manutenção da votação nas regiões das Missões, da Campanha, e Vale do Jaguari, já a Fronteira Oeste apresenta uma queda na votação, hipoteticamente o fator explicativo disto provavelmente depreende-se da introdução de um ou

mais candidatos locais/regionais com desempenho competitivo, nas eleições de 2014, a tendência hipotética parece se confirmar. Para tanto é preciso investigar mais a fundo e identificar outros casos, estabelecendo comparações e introduzindo outros dados, como número de eleitores aptos, votos nominais e também a aplicação de um índice ou fórmula que mensure a competitividade eleitoral de cada caso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da construção da matriz de dados e as análises esperamos confirmar a existência de territórios e territorialidades eleitorais no Distrito Eleitoral do Rio Grande do Sul em constantes movimentos fluxos e refluxos para as últimas cinco eleições para Deputados Federais. A análise quantitativa possa ter um viés qualitativo, possibilitando outras perguntas e outras possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

DAMIN, Cláudio Júnior; MARTINS, Leonardo Teixeira et al. Eleição para deputado federal e lista aberta no distrito eleitoral da fronteira oeste do Rio Grande do Sul em 2010. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4117, 9 out. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31316>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

DIAS, Reinaldo. Ciência Política. -- São Paulo: Atlas, 2008.

DENEZ, Cleiton Costa; DA SILVA, Márcia. TERRITORIALIDADES DO VOTO PARA DEPUTADO ESTADUAL FEDERAL EM IVAIPORÃ/PR. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 570-580. ISBN 978-85-63800-17-6.

FURTADO, Matheus Pinto; JOVINO, Danilo Pedro. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E PARTIDOS POLÍTICOS. Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas: caminhos da Pesquisa Contemporânea. 1. ed.— Jaguarão: CLAEC, 2017. 2888p.

KINZO, Maria D'Alva G. PARTIDOS, ELEIÇÕES E DEMOCRACIA NO BRASIL PÓS-1985. RBCS Vol. 19 nº. 54 fevereiro/2004.